

*CONSTRUINDO UMA TEORIA
DE GÉNERO EM MOÇAMBIQUE*

Isabel Casimiro

Chefe do Departamento de Estudos da Mulher e do Género

Ximena Andrade

Investigadora Associada do Centro de Estudos Africanos,
Directora do Curso de Geografia da Faculdade de Letras da UEM

Est. Moç. (11/12) Novembro de 1992: 93-110

PRETENDEMOS COM ESTE DOCUMENTO MOSTRAR COMO, AO NÍVEL DO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANO (CEA), SE FOI DESTACANDO UMA LINHA DE INVESTIGAÇÃO SOBRE GÉNERO, TRIBUTÁRIA DOS ESTUDOS ANTERIORMENTE REALIZADOS, COMBINADOS COM O AVANÇO DESTA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS A NÍVEL INTERNACIONAL.

MOSTRAREMOS, TAMBÉM, COMO O DESAFIO DE PARTICIPAR EM PROJECTOS REGIONAIS E EM TEMÁTICAS ABRANGENTES NOS OBRIGOU, SALUTARMENTE, A UM PROCESSO PERMANENTE DE RECONCEPTUALIZAÇÃO, DE CONCEITOS, METODOLOGIAS E PRÁTICAS ACEITES ACriticamente. ESTE ESFORÇO, ALICIANTE PORQUE INQUIETANTE E DE QUESTIONAMENTO PERMANENTE, TEM-NOS PERMITIDO IR CONSTRUINDO UMA TEORIA DE RELAÇÕES SOCIAIS DE GÉNERO, COM BASE NA NOSSA PARTICIPAÇÃO NA INVESTIGAÇÃO E NOS DEBATES QUE, A NÍVEL DE ÁFRICA E DO MUNDO SE VEM DESENVOLVENDO.



CONSTRUINDO UMA TEORIA DE GÉNERO EM MOÇAMBIQUE¹

I. INTRODUÇÃO

Em 1981, numa das várias "rondas" pelos gabinetes, em que aproveitava para partilhar com os trabalhadores do CEA as suas alegrias, angústias e desafios, Aquino de Bragança acercou-se de alguns investigadores da então Oficina de História e disse:

"... É importante fazer o estudo da participação da mulher na luta armada dirigida pela FRELIMO. Porque não tratas desse tema, Isabel?"

Para Aquino, a importância desta temática estava indissolivelmente ligada à história da própria FRELIMO, tomada como um processo contraditório em que as divergências em torno da participação ou não da mulher na luta armada se ligavam à questão central da natureza da própria luta – porquê a luta, que tipo, com que objectivo?

Aquino argumentava também que as vitórias alcançadas durante a luta armada ocorriam em momentos de participação mais activa da mulher na luta política.

Ao nível do Projecto da Oficina de História Poder Popular nas Zonas Libertadas, de entre os protagonistas a serem entrevistados, contavam-se mulheres que, em diversas frentes de combate, deram o seu contributo para a libertação de Moçambique do colonialismo português. Entre este grupo de mulheres encontravam-se membros da LIFEMO – Liga Feminina Moçambicana –, do DF – Destacamento Feminino –, da OMM – Organização da Mulher Moçambicana –, enfermeiras, professoras, camponesas, secretárias, mobilizadoras, transportadoras de material, produtoras de comida, alimentadoras dos

combatentes.

O trabalho de investigação em Cabo Delgado, no Distrito de Mueda, coração da luta; as entrevistas realizadas a antigas combatentes, residentes em Maputo; a consulta do Arquivo da FRELIMO; a leitura dos seus documentos oficiais, trouxeram ao de cima uma série de questões que, até àquele momento, não estavam claras:

- como começaram as mulheres a participar na luta armada? Por sua decisão ou da direcção da FRELIMO?
- tratou-se de um processo vitorioso sem contradições?
- como conceber a participação de pessoas oriundas de diversas regiões do país — com formas de organização da produção e familiar diferentes; com concepções e práticas de estar no mundo diversas?
- como encarar a luta de libertação nacional — um tempo breve —, num processo de longa duração?

As respostas que fomos e estamos a obter para estas questões foram e têm sido extremamente importantes para o nosso trabalho. Cada resposta contém, em si, um mundo de hipóteses e novas questões a explorar.

Foi este aspecto aliciante e apaixonante da pesquisa que nos fez enveredar por uma linha de investigação ligada à problemática mulher, às relações sociais homem/mulher.

Quando na Oficina de História debatíamos o papel do indivíduo e do colectivo na história; quando se abordava a questão da história oficial dos partidos, não havíamos ainda formulado estas questões, no sentido de entendermos melhor a problemática relações sociais Mulher/Homem/Movimento de Libertação.

Fomos, então, pouco a pouco, juntando pedaços da história e tentando articulá-los com os nossos conhecimentos teóricos e de outros processos históricos, numa bela simbiose prática/teoria/prática. Algumas destas questões só mais tarde viriam a ser entendidas, quando a nossa compreensão permitia articular melhor os diversos pedaços recolhidos.

Fomos assim entendendo que a mulher se havia juntado à FRELIMO por sua decisão; que havia vários grupos com pensamentos diversos sobre a sua participação, que o primeiro grupo de mulheres que fez treino militar, fê-lo de sua iniciativa, em 1965 e não em 1966, quando é oficialmente criado o DF. Apercebemo-nos, também, que as

contradições que surgiram no seio da FRELIMO, desde o seu início, despoletaram igualmente pelo facto das mulheres exigirem a sua participação em todas as esferas da luta. Descobrimos que a aparente invisibilidade da mulher neste importante período estaria provavelmente ligada ao facto de a história ser escrita pelos homens os quais, consciente ou inconscientemente, se esqueciam da sua participação, acabando por reproduzir a situação dominante.

Um episódio interessante marcou a percepção/construção da nossa teoria. Eduardo Mondlane, no livro *Lutar por Moçambique* (2) refere que, numa das suas reuniões com as populações das Zonas Libertadas, nos princípios de 1968, uma mulher de uma das unidades femininas, falou e "... queixou-se de que as mulheres não eram preparadas para oficiais, de modo que todos os oficiais eram homens. E ela queria saber porquê. A razão era que nunca ninguém se tinha lembrado de promover as mulheres a oficiais. Como resultado da sua crítica, porém, foi tomada a decisão de que, de futuro, as mulheres poderiam ser promovidas a oficiais se, para isso, tivessem qualificações e experiência."(3)

Dito de outra forma, **se não formos nós, as mulheres, a lutar contra o que nos oprime, mais ninguém o fará.**

Este pequeno mas significativo episódio trouxe à lume o que tem sido, desde o século passado, o **cavalo de batalha** das primeiras feministas e sufragistas — a vontade colectiva de lutar contra a opressão específica que nos atinge, como mulheres que somos. Leia-se lutar contra a opressão específica e não contra os homens, como tem sido **fotografado** o movimento feminista ao longo da sua existência.

Entre os componentes da Oficina de História do CEA, surgiu a ideia (1989/90) de criar um Núcleo de Estudos da Mulher (NEM). Esta decisão veio marcada por uma experiência de reflexão, da qual não estão alheios os diversos projectos e documentos do CEA. Neste aspecto, merece referenciar: *O Mineiro Moçambicano, A questão agrária em Moçambique, A situação da classe operária, a actuação do Estado ao nível do distrito, o papel das cooperativas, a situação nas antigas zonas libertadas, etc.* Através deles foi possível entender como foi sendo forjado o quadro de relações sócio-económicas em Moçambique e o seu impacto na organização do trabalho produtivo e reprodutivo ao nível da família.



II. ESTUDOS SOBRE A MULHER: BREVE HISTORICIDADE SOBRE O FEMINISMO

Considerado como vontade colectiva de lutar contra a opressão específica experimentada pelas mulheres, o movimento feminista é anterior ao marxismo.

Durante o séc. XIX a problemática da opressão das mulheres e sua emancipação agitou e dividiu os socialistas utópicos. Para alguns, não se colocava sequer tal questão, como é o caso de Saint Simon. Outros, como Proudhon, opõem-se violentamente ao trabalho das mulheres. Pelo contrário, Fourier refere que "... regra geral os progressos sociais e mudanças operam-se à medida que existe progresso das mulheres em relação à liberdade".(4) Este posicionamento lembra-nos um outro, mais próximo de nós, de 1973, aquando da criação da OMM – considerar a emancipação da mulher como parte fundamental e determinante para a libertação da sociedade.(5)

Chamando a atenção para a necessidade de estudar a especificidade da opressão da mulher, o movimento feminista acaba por ser acusado de reivindicação da classe burguesa, vagamente humanitário, sem se articular à teoria marxista das relações de produção. Os marxistas rejeitaram em bloco as reivindicações das primeiras sufragistas – direito das mulheres a exercerem profissões liberais, possibilidades de formação semelhantes às dos homens, igualdade de direitos políticos – por considerarem que se situavam fora das relações de produção.

Alexandra Kollontai, na sua autobiografia (1926, p. 27) dizia: "... Os meus camaradas de Partido me acusavam de ser feminista".

Pode dizer-se que este foi, desde fins do século XIX, o grande debate no seio do marxismo sobre a razão de ser das reivindicações feministas e na sua origem está o facto de a teoria marxista assentar e reduzir-se à economia, às relações de classe.

O II Congresso da Internacional Socialista, realizado em 1891, marca uma mudança na história das relações entre marxismo e feminismo, porquanto nele se reconheceu, pela primeira vez, a contribuição progressista do feminismo. As feministas conseguem inscrever, após uma terrível batalha, uma resolução geral no sentido

de "incitar os partidos socialistas... a exigir, em particular para a mulher, direitos idênticos no domínio do direito civil e político".(6)

Este período vai estender-se até 1925 havendo, a partir daí, uma maior influência do marxismo no movimento feminista.

Contudo, o movimento feminista acaba por se cindir entre feminismo marxista e feminismo burguês. O feminismo marxista liga-se à classe trabalhadora, considerando a libertação da mulher apenas possível no terreno do combate que é a economia. (7)

O feminismo marxista desenvolve-se nos primeiros anos da revolução russa, fornecendo as bases teóricas para a luta das classes trabalhadoras contra a exploração capitalista.

Todavia, as divergências feminismo/marxismo continuam, reflectindo-se, até hoje, nos muitos movimentos feministas e têm a sua origem no facto de se considerar ter havido um subdesenvolvimento da teoria marxista sobre a questão particular das mulheres. Esta problemática, argumenta-se, não podia apenas ser reduzida à análise das classes e relações sociais.

Estas divergências teóricas reflectiram-se, igualmente, ao nível das táticas e estratégias adoptadas, por um lado, pelo marxismo e, por outro, pelo feminismo.

Pode dizer-se que, na sua essência, estas divergências, que ainda se mantêm na actualidade, apesar dos progressos teóricos que têm sido alcançados a partir da década de 70, residem: 1) nas causas da opressão e discriminação da mulher; 2) na divisão sexual do trabalho no seio da família — noção de trabalho produtivo e reprodutivo; 3) no estatuto do homem e da mulher na sociedade; 4) na articulação classe — grupo social — sexo — género — raça — etnia — religião, etc.; 5) formas de organização da mulher; 6) necessidades e interesses práticos e estratégicos de diferentes grupos de mulheres; 7) perspectiva de desenvolvimento — ligação da libertação da mulher à libertação da sociedade no seu conjunto.

A partir dos anos 70, estudiosos feministas de língua inglesa e francesa introduzem a categoria de género — relações sociais entre homens e mulheres em sociedades concretas e determinadas — considerando-a fundamental para a análise de uma sociedade que não pode apenas ser reduzida às relações de classe.

A categoria género tem levantado um grande debate entre feministas de diversos países, pelo facto de esta categoria se situar, para algumas, na esfera do social — a construção social do género — ao passo que, para outras, o sexo se situa no plano unicamente sexual. Contudo, à medida que avançamos na compreensão da questão



sexo/género consideramos não ser possível inscrever o sexo apenas no terreno biológico. Nasce-se homem ou mulher, mas é no processo de socialização, através da família, grupo social, comunidade, escola, etc. — que se é homem ou mulher, que cada um se reconhece homem ou mulher e se lembra de quando tomou consciência do seu sexo. Deste ponto de vista e, não sendo possível NATURALIZAR processos de carácter histórico, o sexo é igualmente uma categoria socialmente construída.(8)

Trouxémos, aqui, este breve historial pois consideramos importante **despreconceituar** a palavra feminismo.

O feminismo foi excomungado pela FRELIMO, no discurso de Samora, aquando da criação da OMM em 1973, reduzido a um movimento burguês, sem ligação com a realidade do dia-a-dia.

Como movimento de luta das mulheres contra a opressão específica de que são vítimas, este movimento tem tido igualmente um tratamento controverso em outros países africanos e do Terceiro Mundo. Duma maneira geral, é considerado completamente estranho a Africa, havendo um misto de desconfiança — por vir do norte e de pessoas que sempre nos oprimiram e não entendem a nossa realidade africana — ou por se considerar que, ao tentar analisar a situação da mulher à escala mundial, não tem em conta especificidades de realce, acabando por cair no **imperialismo cultural** reducionista.

Todos os dias ouvimos comentários que revelam o total desconhecimento da essência do movimento feminista (9) e, sobretudo do facto deste, como qualquer outro movimento, não ser estático, homogéneo, desenvolvendo-se pleno de contradições e correntes diversas.

Ifi Amadiume, antropóloga de nacionalidade nigeriana, autora de um controverso livro "Male daughters, Female Husbands" considera o feminismo como tomada de consciência política pelas mulheres, que leva a um sentimento de auto-consciência, auto-solidariedade feminina e, por conseguinte, ao questionar e desafiar das desigualdades de género nas instituições e sistemas sociais. (10)

Tentaremos mostrar como este movimento tão contestado penetrou as ciências sociais, revolucionando a análise sobre as relações entre mulheres e homens como sociais; articulando de uma forma dialéctica produção/reprodução, como dois grupos de relações sociais — relações entre os sexos e as relações de classe — em sociedades concretas e determinadas.

Muitas feministas têm no livro de Engels, A origem da família, da propriedade privada e do Estado (11) a fonte inicial das

suas reflexões sobre a questão das relações sociais mulher/homem.

Neste livro, Engels refere a existência de uma divisão do trabalho baseada no sexo e na idade, considerada por ele natural, que todas as sociedades conhecidas teriam vivido. Todavia, Engels refere que tal divisão não implicava necessariamente desigualdade entre os sexos ou opressão sexual, as quais teriam tido a sua origem com o aparecimento da propriedade sobre os meios de produção e das classes sociais. Dos seus estudos, Engels avança a existência de matriarcado nas sociedades primitivas, não no sentido de poder absoluto da mulher, mas no sentido de uma sociedade em que a linhagem e os bens são transmitidos por linha materna, em que as mulheres são o centro das comunidades — daí se falar em matriarcado no sentido de matricentralidade — e em que a sua contribuição para a produção é concreta e valorizada.

Contudo, tanto Marx quanto Engels tentaram atribuir às relações de género o mesmo estatuto teórico conferido às classes sociais. (12)

Na "Ideologia Alemã" (1846), Marx e Engels referiram que a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para procriação dos filhos, acrescentando Engels que O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino. (13)

Como não podemos pretender que, em meados do século passado se atingisse a compreensão desta problemática como na actualidade, é de realçar o igual tratamento teórico prestado aos conceitos de classe social e opressão do sexo feminino pelo sexo masculino, em linguagem moderna, relações sociais de sexo ou relações de género. (14)

Mais tarde, o marxismo relaciona o aparecimento da sociedade de classes e o estatuto económico e dependente das mulheres ao conceito de divisão do trabalho (começando ao nível da família e que se reproduz para outras instituições da sociedade). Esta divisão que, ao nível das relações mulher/homem equivale a uma segregação de sexos, de força de trabalho feminina — está associada às particularidades sexuais — orientada para as actividades reprodutivas — ter e criar filhos, trabalho doméstico, etc. — enquanto que a força de trabalho masculina está mais ligada à produção; a mulher foi sendo assim impedida de participar no desenvolvimento das forças produtivas, num mundo regido por leis da produção de mercadorias,

economicamente submetida ao produtor homem.

Para alguns marxistas a emancipação da mulher só se verificaria quando ela deixasse de estar excluída do trabalho social produtivo devendo, deste modo, ser também subtraída do trabalho doméstico.

A mulher necessitaria, pois, para se libertar, de participar na produção à escala social, ocupando-se apenas do trabalho doméstico o mínimo indispensável.

Ainda que a entrada de mulheres e homens no mundo da fábrica fosse um calvário, Engels e também Marx continuavam a pensar que seria fundamental. Consideravam que a sobre-exploração de mulheres e homens faria crescer o combate por uma sociedade socialista, onde as classes desapareceriam e a apropriação colectiva dos meios de produção pelos trabalhadores poderia criar condições materiais de igualdade económica e social das mulheres.

Esta posição, como é sabido, pautou a orientação da FRELIMO nos primeiros anos da Independência em relação à emancipação da mulher: só participando no processo produtivo as mulheres estariam em condições de se libertar da dupla opressão de que eram vítimas — a opressão do homem e a da sociedade.

Decalcando acriticamente este postulado do modelo de construção de uma sociedade nova, a FRELIMO escamoteava o facto da mulher ser a principal produtora agrícola em Moçambique. O que é revelador do processo contraditório ao nível do grupo dirigente, o qual reconhecia as mulheres como participantes no processo social, reduzindo-o ao mesmo tempo à integração formal do mercado de trabalho.

Aquando da realização do I Recenseamento Geral da População, ficou claro que as mulheres representavam 85% dos produtores agrícolas, responsáveis não apenas pela produção de subsistência como também para exportação. (15)

Este posicionamento esquecia também o significado das actividades domésticas à responsabilidade da mulher, no desenvolvimento e reprodução do sistema económico vigente. Este trabalho esquecido e invisível permitiu, durante o colonialismo, o pagamento de um salário de solteiro ao homem, o qual apenas permitia a reprodução da sua força de trabalho, uma vez que a reprodução da família estava a cargo da mulher. Por reprodução da família, lia-se — ter, criar e alimentar os filhos; trabalhar na machamba; pilar; ir buscar água e lenha; cozinhar; lavar; limpar; realizar as tarefas sociais da comunidade e, por vezes até, ajudar o

homem no cumprimento das suas metas de produção, sem o qual não estaria em condições de auferir o salário.

O aspecto produtivo da reprodução tem sido esquecido. A sociedade assumiu uma tal noção de trabalho — trabalho assalariado — que, quando perguntamos a uma mulher se trabalha, ela diz que não. Trabalho significa trabalho assalariado, remunerado. Deste ponto de vista, ela não trabalha, de facto. Mas realiza as necessárias e determinantes actividades que permitem a reprodução da mão-de-obra, entendida no seu sentido verdadeiro de reprodução biológica e social da espécie.

Esta interpretação, que orientou o movimento feminista até à década de 70, começou a ser contestada através de estudos mais aprofundados sobre a questão da divisão sexual e social do trabalho, do poder e do prazer, sobre a questão de trabalho produtivo — produção social de bens — e reprodutivo — produção social de seres — tentando retirar a mulher da sua aparente invisibilidade.

Estudos realizados em países subdesenvolvidos à cerca do trabalho da dona-de-casa, no grupo familiar — na esfera privada, doméstica — e ao nível da sua comunidade, pela melhoria das condições sociais através de movimentos para a existência de escolas, centros de saúde, creches — na esfera pública — ajudaram a compreender que a mulher não é um grupo homogéneo e que as necessidades e interesses práticos e estratégicos não são sempre os mesmos para todos os grupos de mulheres.

Foi com o termo género que se deu um salto qualitativo nos estudos feministas, permitindo deste modo, por um lado, advertir do reducionismo economicista — que entende que as diferenças entre mulheres e homens têm como causa única a forma de organização da produção — e, por outro, do relativismo idealista que apenas tem em conta a ideologia ou a cultura em abstracto para a compreensão da situação da mulher.(16)

A abordagem de género permitiu, assim, articular produção/reprodução, no sentido de trabalhar dois grupos de relações sociais, relações entre os sexos e relações de classe.



III. LINHAS E ENFOQUES DE ESTUDOS DA MULHER E DO GÉNERO

Tendo começado a funcionar em 1990, e, criado oficialmente em Maio de 1991 como Departamento de Estudos da Mulher e do Género (DEMG), este pretende realizar investigação/estudos sobre as relações sociais homem/mulher, no contexto da economia política de Moçambique; estruturas concretas existentes em termos económicos e sociais e sua direcção de mudança, com o concurso das Ciências Sociais, tendo como aspecto central a problemática da emancipação da mulher, com o objectivo de criar uma sociedade solidária nas suas relações de género.

Desde o início do seu funcionamento que o DEMG trabalha com uma equipa interdisciplinar de historiadores, psicólogos, pedagogos, geógrafos e economistas.

As suas problemáticas estão relacionadas com questões conjunturais e estruturais que Moçambique vive, nomeadamente aspectos ligados ao reajustamento económico e o seu impacto na vida e trabalho de diversos grupos sociais e nas relações sociais entre homens e mulheres. Neste sentido, os diversos temas em estudo, ao nível do Departamento, têm como ponto de partida a vida de homens e mulheres ao nível da família, comunidade, grupos populacionais e linguísticos e as reais possibilidades que esses mesmos indivíduos e comunidades têm para exercer os direitos consagrados e/ou beneficiar das políticas existentes.

Sectores de trabalho:


– **Mulher e Lei** – Participação no Projecto Regional "A situação legal da Mulher na África Austral" – A mulher perante o Direito a Alimentos (1990-92) e A Mulher perante o Direito de Propriedade e Sucessão (1992-93);

– **Mulher e Força de Trabalho** – Sector formal e informal; dinâmica da força de trabalho feminina.

– **Mulher e Meio Ambiente** – Tenta delinear as categorias

específicas que liguem a abordagem de género ao desenvolvimento do meio geográfico. A partir desta perspectiva, a temática de preocupação proposta relaciona-se com um modelo de desenvolvimento sustentável e, em particular o que diz respeito à Secção Mulher da Agenda 21.

– **Mulher e Comportamento Reprodutivo** – Normas costumeiras de educação sexual; direitos reprodutivos da mulher; poder sexual e de dispor do seu corpo; planeamento familiar; tabus como factor psicológico de inibição da mulher.

A nossa aproximação de género, ao nível da investigação que realizamos, tem em conta a totalidade da organização social – vida económica, política, cultural e social – no sentido de um entendimento dialéctico e dinâmico dos aspectos particulares da sociedade. 

Esta teoria de género que estamos a construir é, em si, uma concepção de desenvolvimento entendido como um processo complexo que envolve o melhoramento das condições de vida dos indivíduos e da sociedade ela própria.

Estamos, pois, a falar de **uma teoria de género** – das relações sociais Mulher/Homem, numa sociedade concreta – **que implica uma investigação activista e mobilizadora, portanto comprometida com a transformação das condições de vida** – económicas, políticas, sociais e culturais – das diversas sociedades que ocupam o espaço moçambicano.

Trabalhando numa área aliciante e abrangente como esta, temos tido a **possibilidade de fazer ciência real**, o que não é apenas mérito nosso, mas do avanço que tem caracterizado as Ciências Sociais nas últimas décadas. Tem ficado também claro para nós, **que o nosso trabalho de investigação, apenas terá impacto se existir uma coordenação dinâmica com outras instituições e em ligação com um forte movimento de massas.**

Esta análise holicista da sociedade permite olhar para os aspectos produtivos e reprodutivos ao nível da família, para a organização das esferas políticas e económicas, para o poder e privilégios e sua distribuição entre homens e mulheres e entre grupos sociais determinados; em suma, permite avançar numa série de problemáticas dialecticamente ligadas entre si.

Concluindo, diremos como Saffioti que:

"... A construção do género pode ... ser compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama de relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres

e homens. Também as classes sociais se formam na e através das relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens. Pensar estes agrupamentos humanos como estruturalmente dados, quando a estrutura consiste apenas na possibilidade, significa congelá-los, retirando da cena a personagem central da história, ou seja, as relações sociais. O resgate de uma ontologia relacional deve ser, portanto, parte integrante de uma maneira de fazer ciência. Esta constitui também uma forma de repor os seres humanos no objecto de ciência; uma maneira, em suma, de tornar HUMANAS as Ciências Humanas".(17)

NOTAS

- 1) Agradecemos a todos quantos nos encorajaram a escrever esta série, e conosco a discutiram, em especial, Alexandrino José, Editor da revista Estudos Moçambicanos, principal impulsionador deste número especial.
- 2) MONDLANE, Eduardo, 1975: "Lutar por Moçambique", Editora Sá da Costa, Lisboa.
- 3) MONDLANE, Eduardo: op. cit., p. 206.
- 4) Citado por LABICA, Georges (Dir.) e BENSUSSAN, Gérard (Colab.) pp. 360-361.
- 5) MACHEL, Samora, 1974: A emancipação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo, in "A LUTA CONTINUA", Ed. Afrontamento, Porto, pp. 55-72.
- 6) Citado por E. Marx, "Como nos devemos organizar?", 1982.
- 7) Citado por Alexandra Kollontai, "Autobiografia", p. 30.
- 8) SAFFIOTI, H., "Rearticulando género e classe social", Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1990, p. 2.
- 9) Acreditamos que, por detrás destas opiniões, está o peso do modelo patriarcal que tem sido reproduzido até hoje.
- 10) AMADIUME, Ifi, 1987: "Male daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society, Zed Books, London, p. 10
- 11) ENGELS, Friedrich, 1976: "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", Editorial Presença, Lisboa.
- 12) SAFFIOTI, H., op. cit., p. 4.
- 13) ENGELS, F., op. cit., p. 86.
- 14) SAFFIOTI, H., op. cit., p. 4.
- 15) Não podemos deixar de referir que os recenseamentos realizados no tempo colonial esqueceram esta participação da mulher, considerando-a doméstica.
- 16) CASTRO, Mary G.: "A dinâmica entre classes e género na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre género" pp. 47 e 48.
- 17) SAFFIOTI, H., op. cit. p. 45.

BIBLIOGRAFIA

- Amadiume, Ife (1987): *Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society*, Zed Books, London.
- Castro, Mary Garcia: "A dinâmica entre classe e género na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre género". Em: *Una Nueva Lectura: Genero en el Desarrollo*. Ediciones Populares Feministas, Coleccion Teoria, CIPAF, 1990, pp. 39-69.
- Ciências Sociais em África - Alguns Projectos de Investigação*. CODESRIA, Dakar, 1992.
- Direitos Reprodutivos*, concurso de Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos, FCC/DPE, São Paulo, 1991.
- Elson, Diane (1990): *Some issues regarding women's role in the management of family resources for the achievement of household food security and nutrition*, FAO, Roma.
- Elson, Diane (1991): *Gender Analysis and Economics in the Context of Africa*. CODESRIA, Dakar.
- Engels, F. (1976): *A Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*. Editorial Presença, Lisboa.
- Green, Reginald Herbold (1992): *Women's Land Use Rights in SA. Modernisation as*

Marginalisation, What is to be done? 12th Symposium on Law and Development, Centre for Law in Aid of Development/International Centre for Law in Development, Faculty of Law, University of Windsor, Windsor, Canada.

Harding Sandra (1987): *Feminism and Methodology*, Indiana University Press, Indiana.

Labica, Georges e Gérard Bensussan (1982): *Dictionnaire Critique du Marxisme*, PUF, Paris.

Marx, K., Engels, F. (1974). *A Ideologia Alemã I*. Editorial Presença, Lisboa.

Mondlane, Eduardo (1975): *Lutar por Moçambique*. Editora Sá da Costa, Lisboa.

Moser, Caroline: La planificación de genero en el tercer mundo: enfrentando las necesidades prácticas y estrategicas de genero. Em: *Uma Nueva Lectura: Genero en el Desarrollo*, Ediciones Populares Feministas, Coleccion Teoria, CIPAF, 1990, pp. 57-127.

Mulher e Políticas Públicas. IBAM/UNICEF, Rio de Janeiro, 1991.

Negrão, José (1992): *To minimize the causes of instability. Mozambique: agriculture and Adjustment*. Fac. de Agronomia, UEM, Maputo.

Rathberger, Eva (1992): *Women's Legal Rights in the 1990's: An Umbrella Project to Support National Capacity Building*. The North South Institute, Ottawa.

A.V.V. *Restoring Women to History*. Teaching packets for integrating women's History into courses on Africa, Asia, Latin America, the Caribbean and the Middle East. By the organisation of American Historians, Indiana, 1988.

Saffioti, H. (1990): *Rearticulando Género e Classe Social*, in Seminários "Estudos sobre Mulher no Brasil". Avaliação e perspectivas, 27-30 Nov., Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

Scott, Joan (1991): *Género: Uma categoria útil para análise histórica*, Recife. (Original: *Gender: An Useful Category of Historical Analyses. Gender and Politics of History*. Columbia University Press, New York, 1989).

Sen, Gita e Caren Grown (1988): *Desenvolvimento, Crise e Visões Alternativas. Perspectivas das mulheres do Terceiro Mundo*. Editora Espaço e Tempo, DAWN/MUDAR, Rio de Janeiro.

Tsemo, Sihaka (1992): *Direitos e Papel da Mulher Africana no Contexto Político-Jurídico Tradicional: Evolução e Perspectivas*. (Mimeo, não publicado).

Vickers, Jeanne (1991): *Women and the World Economic Crises*. Zed Books, London and New Jersey.

de Vylder, S. e A. Ornãs (1991): *Social Science in Africa: the role of CODESRIA in Pan-African Cooperation*. SAREC documentation, Estocolmo.

Young, Kate: "Reflexiones sobre como enfrentar las necesidades de las mujeres". Em: *Uma Nueva Lectura: Genero en el Desarrollo*. Ediciones Populares Feministas, Coleccion Teoria, CIPAF, 1990, pp. 17-56.